

**Notas Explicativas às
Demonstrações Contábeis**

Em 31 de Dezembro de 2001

NOTA 1 – Contexto Operacional

O Serviço Federal de Processamento de Dados - SERPRO é uma empresa pública com personalidade jurídica de direito privado, vinculada ao Ministério da Fazenda com capital totalmente subscrito e integralizado pela União. Iniciou suas atividades em 01 de dezembro de 1964, de acordo com a lei nº 4.516/64, atuando como órgão de execução de todos os serviços de processamento de dados do Ministério. Atualmente tem a missão de fornecer soluções, baseadas em tecnologia da informação, para o êxito das decisões e operações da Administração Fazendária e, das ações estruturadoras e integradoras da Administração Federal. A Empresa atua através de uma estrutura de rede por meio de células denominadas Unidades de Gestão, desenvolvendo-se a partir de projeções regionais e 22 escritórios, propiciando serviços a seus clientes com um quadro de 8.782 empregados.

NOTA 2 – Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis foram preparadas em consonância com as diretrizes emanadas da legislação societária. Como o SERPRO utiliza o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI, conseqüentemente, segue as normas da Secretaria do Tesouro Nacional.

O SERPRO, por ser uma empresa de capital fechado, está desobrigada de apresentar suas demonstrações contábeis em consonância com as normas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

São parte integrante destas Notas Explicativas os quadros demonstrativos citados como anexos.

NOTA 3 – Sumário das Práticas Contábeis

3.1) Apuração do Resultado

As receitas e despesas são escrituradas pelo regime de competência mensal. Desde janeiro de 1996, em conformidade com a Lei 8.981/95, os resultados mensais vem sendo apurados cumulativamente, para efeito de apuração do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

**Notas Explicativas às
Demonstrações Contábeis**

Em 31 de Dezembro de 2001

3.2) Provisão para Devedores Duvidosos

Foi constituída com base na análise dos riscos de realização dos créditos, que leva em consideração a estatística de perdas no passado e o conhecimento da situação individual dos clientes, em montante considerado suficiente para cobertura de eventuais perdas.

3.3) Imobilizado

O valor do imobilizado está registrado pelo custo de aquisição e/ou construção, deduzido da depreciação acumulada. Os gastos incorridos com manutenção e reparo, quando representam melhorias, são capitalizados, enquanto os demais são debitados ao resultado, respeitando-se o regime de competência. A depreciação está calculada pelo método linear. As taxas utilizadas estão de acordo com a expectativa de vida útil dos bens e em conformidade com o Regulamento do Imposto de Renda.

Sua composição está demonstrada no Anexo 01 destas Notas Explicativas.

3.4) Diferido

O diferido comporta os encargos incorridos, relativos a desenvolvimento de projetos, encargos iniciais com locação de equipamentos e benfeitorias em imóveis de terceiros.

3.5) Provisões de Pessoal

Os encargos com férias e licença-prêmio são reconhecidos por competência mensal, segundo o período de aquisição.



**Notas Explicativas às
Demonstrações Contábeis**

Em 31 de Dezembro de 2001

3.6) Tributos

O Imposto de Renda, a Contribuição Social s/Lucro, a Cofins e o Pasep, são registrados às alíquotas abaixo demonstradas, considerando para efeito da respectiva base de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

DISCRIMINAÇÃO	2001		2000
	Janeiro a Dezembro	Janeiro	A partir de fevereiro
Contribuição Social s/ Lucro Líquido	9%	12%	9%
Imposto de Renda (alíquota básica + adicional)	25%		25%
COFINS	3%		3%
PASEP	0,65%		0,65%

O Imposto de Renda e a Contribuição Social são provisionados com base no lucro ajustado pelas adições e exclusões permanentes e temporárias.

NOTA 4 – Aplicações Financeiras

As aplicações, no valor de R\$ 316.016.093,07, conforme Decreto-lei 1.290/73, são restritas àquelas lastreadas por títulos públicos, fundo extramercado administrado pela DTVM/Banco do Brasil. Elas são registradas pelo valor do custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço.

NOTA 5 – Limite de saque com vinculação de Pagamento

Em conformidade com a IN/STN nº 04/96 e NE da COFIN/CONT/STN 02/96, o pagamento de despesas com recursos do Tesouro Nacional, a partir de novembro 1996, é efetuado mediante saque na Conta Única do Tesouro Nacional, com base em limites estabelecidos pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN.

Neste processo não ocorre a transferência de recursos financeiros da Conta Única. A STN estabelece limites de saque através do registro na conta Limite de Saque com Vinculação de Pagamento. O valor de R\$ 4.856.926,96 corresponde ao saldo do limite de saque destinado ao pagamento dos encargos decorrentes da folha de pagamento.

**Notas Explicativas às
Demonstrações Contábeis**

Em 31 de Dezembro de 2001

NOTA 6 – Créditos de Clientes

O detalhamento dos créditos a receber de clientes em 31 de dezembro, no valor de R\$ 68.967.119,53, é apresentado no Anexo 02 destas Notas.

DISCRIMINAÇÃO	2001	Em R\$ mil	
		2000	
Faturas a Vencer	11.999		21.552
Faturas Vencidas	56.968		165.456
Contas a Receber Bruto	68.967		187.008
Provisão p/Devedores Duvidosos	(1.606)		(18.700)
TOTAL	67.361		168.308
A Vencer	11.999		21.552
Vencidas – 01a 30 dias	7.473		17.623
Vencidas – 31a 60 dias	1.029		5.285
Vencidas – 61a 90 dias	244		2.242
Vencidas – 91a 120 dias	901		1.501
Acima de 121 dias	47.321		138.805
TOTAL	68.967		187.008

A realização em 63,12% dos créditos a receber deve-se aos esforços da empresa junto a Secretaria do Tesouro Nacional, para o recebimento de faturas vencidas. A recuperação destes créditos vencidos refletiu na redução do percentual de constituição da provisão de 10% no ano de 2000, para 2,33% em 2001.

NOTA 7 – Créditos Tributários

As parcelas de antecipação e retenção do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro são contabilizadas em contas de tributos a compensar e, para fins de evidenciação, são cotejadas com os valores provisionados.

Notas Explicativas às
Demonstrações Contábeis

Em 31 de Dezembro de 2001

DISCRIMINAÇÃO	2001	2000
Base de cálculo da Contribuição Social:		
Lucro Contábil do Exercício	36.946.941,00	71.447.810,20
Adições	110.254.641,51	69.405.365,08
Exclusões	(45.952.793,91)	(29.985.105,16)
Contribuição Social – alíquota 9%	9.112.390,97	9.978.126,31
Antecipações/retenções na fonte	9.073.408,52	9.667.232,17
Saldo a Pagar	38.982,45	310.894,14
Base de Cálculo Imposto de Renda:		
Lucro Contábil depois da CSLL	27.834.550,03	61.469.683,89
Adições	117.057.908,83	76.746.111,68
Exclusões	(45.952.793,91)	(29.985.105,16)
Lucro Fiscal do Exercício	98.939.664,95	108.230.690,41
Imposto de Renda – alíquota 15%	14.840.949,74	16.234.603,56
Parcela isenta do adicional de IR	(240.000,00)	(240.000,00)
Adicional do IR – alíquota 10%	9.869.966,50	10.779.069,04
PAT – Programa de alimentação do trabalhador	(593.637,99)	(649.384,14)
Imposto devido	24.117.278,25	26.384.288,46
Retenções na fonte	40.261.074,34	30.580.953,41
Saldo a compensar	16.143.796,09	4.196.664,95

Dos R\$ 41.123.993,67 de créditos fiscais realizáveis a curto prazo, R\$ 22.437.168,87 são imposto de renda e contribuição social diferidos, apurados sobre as diferenças temporárias e registrados em atendimento a Deliberação CVM nº 273/98 e ao pronunciamento do IBRACON, que apresentam a seguinte natureza:

Licença-Prêmio	17.180.872,88
Serpros.....	3.730.128,13
INSS.....	720.792,18
Provisão p:Devedores Duvidosos.....	546.357,52
Outros.....	259.018,16
TOTAL	22.437.168,87

A realização dos créditos fiscais oriundos das diferenças temporárias ocorrerá quando do efetivo pagamento ou reversão das provisões efetuadas, bem como do recebimento de faturas ou perda efetiva dos créditos considerados de liquidação duvidosa, coadecendo aos preceitos legais vigentes.

**Notas Explicativas às
Demonstrações Contábeis**

Em 31 de Dezembro de 2001

NOTA 8 – Créditos Diversos a Receber

Compreendem basicamente os saldos correspondentes ao ressarcimento de Pessoal Cedido – PSE no valor de R\$ 598.318,21 e os valores referentes aos adiantamentos de Benefícios aos empregados, através de convênio firmado entre o SERPRO e o INSS, para o pagamento dos proventos de auxílio – doença, no montante de R\$ 730.994,40.

NOTA 9 – Depósitos Realizáveis a Curto Prazo

Neste grupo, destacam-se os Depósitos Judiciais, no valor de R\$ 43.421.088,28 e os Depósitos para Recursos, no valor de R\$ 10.672.712,16. Estes depósitos correspondem aos saldos dos registros dos depósitos efetuados pela Empresa para interposição de recursos cíveis e trabalhistas, pendentes de julgamento até o encerramento do exercício, com atualização pela TR.

NOTA 10 – Créditos Realizáveis a Longo Prazo.

Destacam-se, neste grupo, os Créditos Fiscais Diferidos e os Títulos de Crédito. Os Créditos Fiscais no valor de R\$ 90.572.503,06 compreendem os créditos de Impostos de Renda e Contribuição Social apurados sobre as diferenças intertemporais e registrados em atendimento a Deliberação CVM nº 273/98 e ao pronunciamento do IBRACON, que apresentam a seguinte natureza:

Contingências trabalhistas	54.073.461,73
Serpros.....	33.736.004,78
INSS.....	2.763.036,55
TOTAL	90.572.503,06

**Notas Explicativas às
Demonstrações Contábeis****Em 31 de Dezembro de 2001**

Os Títulos de Créditos compreendem as NTN-P, custodiadas no Banco Central do Brasil - BACEN e referem-se a alienação das ações da Telebrás, no valor de R\$ 1.443.805,66, com vencimento em 09/07/2012 e da Embraer no valor de R\$ 912,64, com vencimento em 16/03/2010, atualizados monetariamente de acordo com as Portarias 57 e 58/98, da STN.

NOTA 11 - Investimentos

Este grupo é composto pelas aplicações em Incentivos fiscais que estão demonstradas no Anexo 03 destas Notas.

NOTA 12 – Provisão Imposto de Renda e Contribuição Social

Os valores devidos de Imposto de Renda e Contribuição Social do período, estão demonstrados deduzidos das antecipações e retenções conforme verifica-se na Nota 7.

NOTA 13 – Provisões de Pessoal

Correspondem as provisões de Férias e Licença-Prêmio, reconhecidas por competência mensal, segundo o período de sua aquisição, em consonância com o Regulamento do Imposto de Renda.

	PROVISÕES	ENCARGOS	ADIANTAMENTOS	SALDO
Férias	17.419.168,50	8.331.526,74	(6.470.291,69)	19.280.403,55
Licença-Prêmio	19.964.710,58	9.549.139,87	-	29.513.850,45
Total	37.383.879,08	17.880.666,61	(6.470.291,69)	48.794.254,00

**Notas Explicativas às
Demonstrações Contábeis**

Em 31 de Dezembro de 2001

NOTA 14 – Outras Provisões

Destacam-se neste grupo, a provisão da dívida para com o SERPROS no valor de R\$ 10.970.965,08, vencível no exercício seguinte, referentes aos termos dos acordos assinados para parcelamento das diferenças das taxas de contribuição prescrita na Lei 8.020/90 e para amortização do dote inicial, assim como o parcelamento da dívida junto ao INSS, no valor de R\$ 2.119.977,00.

NOTA 15 – Dividendos

De acordo com as disposições estatutárias, está assegurada à União, dividendos obrigatórios, no montante de R\$5.314.818,86 conforme demonstrado a seguir:

	2001	2000
Resultado do Exercício	34.265.461,51	50.228.244,35
Realização Reserva de Reavaliação de Imóveis	2.190.053,39	2.273.396,80
Ativo Fiscal Diferido – constituição	(29.449.674,66)	(13.994.907,24)
Ativo Fiscal Diferido – realização	15.372.544,42	18.567.086,08
Reserva Legal (5%)	(1.118.909,23)	(2.853.691,00)
Base de Cálculo dos Dividendos	21.259.275,43	54.220.128,99
Dividendos (25%)	5.314.818,86	13.555.032,25

NOTA 16 – Obrigações Tributárias e Trabalhistas

Estão registradas neste grupo a provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social incidentes sobre a Reserva de Reavaliação de Imóveis no valor de R\$ 3.972.358,99, parcelamento de dívida junto ao INSS no valor de R\$ 8.126.578,08 e a provisão para contingências trabalhistas no valor de R\$ 194.383.220,72.



**Notas Explicativas às
Demonstrações Contábeis**

Em 31 de Dezembro de 2001

Foi relevante neste exercício a revisão da provisão para contingências com base na avaliação da Consultoria Jurídica e em consonância com a escala FAS Statement of Financial Accounting Standards nº 5, o ajuste procedido no valor de R\$ 42.146.753,50. Com a finalidade de cobrir possíveis perdas em demandas judiciais, o ajuste teve por base as informações disponíveis à época da elaboração do balanço, a jurisprudência e a força dos argumentos jurídicos invocados.

NOTA 17 – Outras Obrigações a Pagar

Destaca-se neste grupo a obrigação junto ao SERPROS referente aos termos dos acordos assinados para o parcelamento das diferenças de taxas de contribuição prescritas na Lei 8.020/90 e para amortização da dotação inicial, vencíveis após o exercício seguinte, pelo prazo de 20 anos, já amortizado em 4 anos e 7 meses, atualizado pelo INPC/IBGE.

NOTA 18 – Capital Social

O capital social realizado em 31 de dezembro de 2001 é de R\$ 128.703.934,59. O aumento observado em relação a 2000, deve-se a incorporação das reservas para riscos eventuais, que conforme estabelecido no estatuto, se não utilizadas devem ser incorporadas ao capital social.

NOTA 19 – Reserva de Reavaliação de Bens Imóveis

Em 1994, a Empresa reavaliou integralmente seus imóveis com base em laudo pericial emitido pela Caixa Econômica Federal. O saldo dessa reavaliação monta R\$ 38.889.370,47 e as realizações ocorridas neste exercício social, no valor de R\$ 2.190.053,39 já deduzidos os valores do IRPJ e da CSLL, foram transferidas para a conta de Resultado Acumulado.

**Notas Explicativas às
Demonstrações Contábeis**

Em 31 de Dezembro de 2001

NOTA 20 – Reserva Legal

Essa reserva é constituída obrigatoriamente pela empresa à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento do capital social ou para compensar prejuízos acumulados.

NOTA 21 – Reservas Estatutárias

As Reservas Estatutárias estão subdivididas em:

- a) de Investimentos – cinco por cento do lucro líquido, até vinte por cento do capital social, destinados à atualização do parque computacional e à aquisição de bens patrimoniais necessários à consecução dos objetivos institucionais do SERPRO, no valor de R\$ 10.475.547,34;
- b) para Riscos Eventuais – cinco por cento do lucro líquido, até vinte por cento do capital social, destinados a cobrir prejuízos com perda de material e destruição acidental de equipamentos e bens patrimoniais, e cujo saldo não utilizado será incorporado, no exercício seguinte, ao capital social, no valor de R\$ 2.830.477,67.

NOTA 22 – Resultados Acumulados

O valor apresentado nesta conta representa o saldo remanescente do lucro após a distribuição dos dividendos obrigatórios, constituição da reserva legal e estatutárias e pela contrapartida do registro dos créditos fiscais diferidos.



**Notas Explicativas às
Demonstrações Contábeis**

Em 31 de Dezembro de 2001

LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO DE 2001	34.265.461,51
REALIZAÇÃO RESERVA REAVALIAÇÃO DE IMÓVEIS	2.190.053,39
ATIVO FISCAL DIFERIDO - CONSTITUIÇÃO	(29.449.874,66)
ATIVO FISCAL DIFERIDO - REALIZAÇÃO	15.372.544,42
BASE DE CÁLCULO DA RESERVA LEGAL	22.378.184,66
(-) RESERVA LEGAL (5%)	(1.118.909,23)
BASE DE CÁLCULO DOS DIVIDENDOS	21.259.275,43
(-) DIVIDENDOS (25%)	(5.314.818,86)
BASE DE CÁLCULO DAS RESERVAS ESTATUTÁRIAS	15.944.456,57
(-) RESERVAS ESTATUTÁRIAS (10%)	(1.594.445,66)
Saldo do período 01/01/2001 a 31/12/2001	14.350.010,91
Saldo de Exercícios Anteriores	2.903.469,46
Saldo a destinar	17.253.480,37

Em cumprimento a determinação do Conselho Diretor, contida na Ata nº 002 de 12/03/2001, destinou-se R\$ 58.967.345,26 do saldo de exercícios anteriores para pagamento de dividendos complementares aos relativos ao exercício de 2000, acrescidos de R\$ 6.094.445,97 de juros calculados com base na taxa SELIC (Decreto nº 2.673/1998).

NOTA 23 – Entidade de Previdência Privada

O SERPRO é o patrocinador do SERPROS – Fundo Multipatrocinado, entidade sem fins lucrativos, constituída sob a forma de sociedade civil, que tem por finalidade principal a complementação de aposentadorias e pensões concedidas pela previdência oficial aos empregados da Empresa. Neste exercício, a Empresa contribuiu a favor do SERPROS, com o valor de R\$23.803.132,02 e os participantes com R\$13.909.553,51.



**Notas Explicativas às
Demonstrações Contábeis**

Em 31 de Dezembro de 2001


Em 31/05/97 foram firmados dois termos de acordo entre o Serpro e o Serpros, estabelecendo o parcelamento da dívida da empresa junto ao instituto com a amortização em 240 parcelas, a partir de junho / 97. A dívida refere-se a diferenças de taxa de contribuição prescritas na lei 8.020/90 e a dotação inicial não integralizada na época da constituição do fundo cujo valor em 31/05/97, perfazia um total de R\$ 97.400.060,88. No exercício foram amortizadas as parcelas de 44 a 55, no valor de R\$ 10.486.727,87. O saldo da dívida, R\$ 110.194.508,59, é atualizado mensalmente pelo INPC/IBGE.

NOTA 24 – Diversos Responsáveis – em apuração – Conta de Compensação

Apresenta-se registrado nesta conta de compensação, o valor de R\$ 535.698,85, referente ao processo de Tomada de Contas Especial nº 19863.000075/2001-58, que trata de desvio de valores públicos.

Este procedimento está respaldado na IN/STN nº 08 de 21/12/90 e de acordo com o Pronunciamento do Ibracon, sobre ganhos contingentes, a contabilização só se dará em Diversos Responsáveis-Apurados – Ativo Circulante quando estiver assegurada a sua obtenção em decisão final, para a qual não caiba mais nenhum recurso.

Brasília, 31 de dezembro de 2001.



ANA MARIA MALLMANN COSTI
Contadora CRC-DF 8894/0 - 6



DÉBITOS DE CLIENTES POR UGS
Posição em 31 de dezembro de 2001

Anexo 02

UGS	CLIENTE	A VENCER	VENCIDO					ACIMA 120	T.VENCIDO	EM R\$ MIL	
			01 a 30	31 a 60	61 a 90	91 a 120	TOTAL			%	
SUNAT	SEC. RECEITA FEDERAL	-	22,7	-	-	21,6	-	44,3	44,3	0,06	
T.SUNAT		-	22,7	-	-	21,6	-	44,3	44,3	0,06	
SUNAF	SEC. TESOUREO NACIONAL	-	-	-	-	-	558,7	558,7	558,7	0,81	
T.SUNAF		-	-	-	-	-	558,7	558,7	558,7	0,81	
SUNCE	SEC. RECEITA FEDERAL	458,8	-	-	-	-	-	-	458,8	0,67	
	INICIATIVA PRIVADA	10,2	-	-	-	-	-	-	10,2	0,01	
	OUTROS CLIENTES SUNCE	10,7	-	-	-	-	-	-	10,7	0,02	
T.SUNCE		479,7	-	-	-	-	-	-	479,7	0,70	
SUNMF	SPOA	-	1.705,3	-	-	-	-	1.705,3	1.705,3	2,47	
	OUTROS CLIENTES SUNMF	-	-	-	-	-	75,8	75,8	75,8	0,11	
T.SUNMF		-	1.705,3	-	-	-	75,8	1.781,2	1.781,2	2,58	
SUNSP	P. G. FAZENDA NACIONAL	2.512,1	-	-	-	-	3.461,2	3.461,2	5.973,4	8,66	
	OUTROS CLIENTES SUNSP	640,3	-	-	-	-	-	-	640,3	0,93	
T.SUNSP		3.152,4	-	-	-	-	3.461,2	3.461,2	6.613,7	9,59	
SUNAR	MIN. PLAN. ORÇ. GESTÃO	64,6	493,6	-	-	-	40.471,8	40.965,3	41.030,0	58,48	
	OUTROS CLIENTES SUNAR	14,2	-	-	-	-	-	-	14,2	0,02	
T.SUNAR		78,8	493,6	-	-	-	40.471,8	40.965,3	41.044,1	58,51	
SUNSE	INGRA	951,8	-	-	-	-	-	-	951,8	1,38	
	OUTROS CLIENTES SUNSE	6.330,0	4.204,0	313,4	12,4	29,2	845,9	5.484,9	11.014,9	17,13	
T.SUNSE		7.281,7	4.204,0	313,4	12,4	29,2	845,9	5.484,9	12.786,6	18,5	
SUNEM	SEC. FAZ. PLAN. - GDF	599,8	543,1	535,0	-	728,2	911,6	2.715,9	3.315,5	4,81	
	INICIATIVA PRIVADA	12,3	-	-	-	-	7,4	7,4	19,6	0,03	
	OUTROS CLIENTES SUNEM	395,0	423,7	183,1	231,4	122,1	998,3	1.950,7	2.348,6	3,40	
T.SUNEM		1.006,9	966,8	718,1	231,4	850,3	1.909,2	4.673,9	5.680,8	8,24	
T.SERPRO		11.999,6	7.472,5	1.028,5	243,8	901,1	47.320,6	58.967,5	68.967,1	100,00	

SUNAT - ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA
SUNAF - ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA
SUNCE - COMÉRCIO EXTERIOR
SUNMF - GESTÃO MINISTÉRIO DA FAZENDA
SUNSP - SISTEMAS PROCESSUAIS

SUNAR - ADMINISTRAÇÃO FEDERAL
SUNSE - SERVIÇOS ESPECIAIS
SUNEM - ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA ESTADOS E MUNICÍPIOS

APLICAÇÕES EM INCENTIVOS FISCAIS
Em 31/12/2001

NOME	NÚMERO DE CAUTELAS/ CERTIFICADOS	NÚMEROS DE AÇÕES/QUOTAS	VALOR
FINAM	CI - 91000041-3	41.120.000	16.891,69
	CI - 89003851-6	57.293	23,53
	CI - 81025112-4	3.597	1,48
	CI - 88021467-1	6.788.420	2.788,62
	CI - 90010337-5	1.957.581	804,16
	CI - 97001606-9	1.045.839.246	1.647.092,23
	CI - 98000014-5	1.302.726.099	2.208.092,07
	CERT. A RECEBER		522.952,64
TOTAL FINAM		2.398.492.236	4.398.646,42
FINOR	QUOTAS ESCRITURAIS	306.290.783	1.665.342,52
	CERT. A RECEBER		1.592.810,16
	CERT. A RECEBER		2.208.092,07
TOTAL FINOR		306.290.783	5.466.244,75
TOTAL DE PARTICIPAÇÕES			9.864.891,17
C.M.Compl.IPC/90			28.875,12
TOTAL GERAL		2.704.783.019	9.893.766,29

